

E.M.
Óbidos **Criativa**

RELATÓRIO E CONTAS 2019



INDÍCE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. EVENTOS E ATIVIDADES.....	10
2.1 Eventos.....	10
2.2 Atividades.....	12
2.2.1 Espaços Culturais	12
2.2.2 Iniciativas Desportivas	15
3. ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	17
3.1 Considerações Gerais	17
3.2 Análise Económica.....	17
3.2.1 Rendimentos.....	17
3.2.2 Gastos	18
3.2.3 Resultados	20
3.3 Posição Financeira	20
3.3.1 Indicadores Económico-Financeiros.....	20
3.3.2 Gestão de Risco	21
4. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	23
5. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO.....	23
6. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
7. PERSPETIVAS FUTURAS.....	23
8. INFORMAÇÕES DIVERSAS.....	24



Identificação

Óbidos Criativa – E.M.

Sede Social

Edifício dos Paços do Concelho, Largo de São Pedro, 2510-089 Óbidos

Número de pessoa coletiva

507 566 343

Capital Social: € 1.137.886,00

Estrutura Acionista:

Município de Óbidos 100%

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo): Dr. Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro

Vogal da Administração (Executivo): Dr. Alexandre dos Santos Ferreira

Vogal da Administração (Não Executiva): Dra. Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis

Fiscal Único

Garruço, Viana & Associado, SROC, Lda., representada por Dr. João Martins Viana

Contabilista Certificada

Dra. Michelle Henriques Ferreira

1. INTRODUÇÃO



Mensagem da Administração

A vila de Óbidos é, sem dúvida, uma referência ao nível do turismo e do desenvolvimento de eventos culturais como potenciador da economia local. O vasto calendário de eventos e atividades organizados pela empresa municipal trazem à vila milhares de turistas e visitantes e a Óbidos Criativa, E.M. não pode deixar de estar associada a este impulso económico-social.

A execução do calendário anual de eventos, dos quais o Conselho de Administração destaca o Festival Internacional de Chocolate, a Semana Santa de Óbidos, o Latitudes: Literatura e Viajantes, a SIPO Júnior, O Mercado Medieval de Óbidos, a Semana Internacional do Piano de Óbidos (SIPO), o FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos, o Óbidos Vila Natal, em estreita colaboração com o acionista único, a Câmara Municipal de Óbidos, proporcionaram uma evolução positiva da empresa que, mesmo tendo alterado o Administrador Executivo no segundo semestre de 2019 manteve o dinamismo próprio de uma empresa assente em alicerces sólidos.

O Conselho de Administração não pode deixar de referir que a empresa municipal apoia muitas das atividades que ocorrem ao longo do ano no território de Óbidos e reforça o apoio e colaboração que tem para com as associações e outras instituições do concelho a vários níveis, como por exemplo, através do empréstimo de materiais e da disponibilização de meios técnicos.

O ano de 2019, para a Óbidos Criativa, E.M., traduziu-se num exercício com resultados positivos. As medidas de gestão adotadas pela administração e levadas a cabo por toda a equipa proporcionaram uma estabilidade financeira que é bem demonstrada através das contas que aqui se apresentam, salientando ainda, que não houve qualquer apoio financeiro, quer através de contrato-programa ou outro, por parte do Município de Óbidos.

Desta forma, vem o Conselho de Administração agradecer a todos quantos colaboraram com esta entidade, desde o acionista único, aos colaboradores, entidades públicas, fornecedores, parceiros, patrocinadores, visitantes, turistas, e a todos os que de alguma forma estiveram ligados às atividades da empresa municipal, todo o apoio prestado no decorrer do exercício de 2019.

Entidade empresarial local

A Óbidos Criativa, E.M., é uma pessoa coletiva pública provida de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira sob tutela do Município de Óbidos, acionista único.

Tem como principal missão a “administração e gestão de equipamentos culturais e a promoção de atividades de animação social, cultural e turística, iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade e com custos controlados. Perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, de modo a atingir as expectativas dos visitantes e a elevar os padrões de qualidade de vida das comunidades locais”.

Deste modo, nos termos das disposições legais estatutárias, o Conselho de Administração apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019, destacando os aspetos que considera mais relevantes na atividade desenvolvida.

Atividade desenvolvida

No exercício de 2019 a empresa municipal Óbidos Criativa, E.M. organizou, à imagem dos anos anteriores, um vasto conjunto de atividades culturais, em concordância com o seu objeto social e com as competências atribuídas pela Câmara Municipal de Óbidos.

Estas atividades têm como principal propósito, impulsionar e cimentar o desenvolvimento de ações nos domínios do objeto social, contribuindo para uma oferta cultural diversificada e de excelência, procurando impulsionar a valorização e o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho de Óbidos.

O plano de atividades da Óbidos Criativa, E.M., aprovado em Assembleia Geral, demonstra a relevância de todo o investimento realizado na área dos eventos, sociocultural e turística, tirando vantagens das sinergias próprias que o território de Óbidos oferece, promovendo e criando uma rede com stakeholders de diferentes ramos da atividade económica, designadamente com os seguintes sectores:

- o turismo, a hotelaria, a restauração e similares;
- a requalificação e a revitalização do centro histórico;
- o comércio e indústria local e regional;
- o associativismo cultural, recreativo e social e a comunidade local;
- as escolas e as universidades;
- a proteção e a conservação do património cultural material e imaterial.

O resultado do exercício de 2019 demonstra a forma como os recursos foram geridos e traduziu-se no melhor resultado de sempre da Óbidos Criativa, E.M., ultrapassando largamente as expectativas previstas no início do ano de 2019.

A Óbidos Criativa, E.M., não obteve de entidades públicas locais, regionais ou nacionais quaisquer participações financeiras ou subsídios à exploração.

A Óbidos Criativa, E.M., continua a ter a capacidade de conseguir manter o número de espetadores / clientes nos eventos realizados e a proporcionar o aumento do número de turistas à Vila de Óbidos. Este resultado só é possível pelo facto de existir uma administração coesa e um conjunto de colaboradores que se empenham todos os dias para realizar mais e melhores eventos de índole turístico-cultural.

Eventos como o Mercado Medieval de Óbidos permitem ainda a concretização de uma política de desenvolvimento comunitário implementada pelo Município de Óbidos, proporcionando a um conjunto de instituições de cariz social, cultural e desportivo a obtenção de meios financeiros para a execução das suas atividades.

A fusão da marca Óbidos com os recursos patrimoniais, materiais e imateriais, e os produtos âncora realizados pela Óbidos Criativa, E.M., como por exemplo o caso do Festival Internacional de Chocolate, do Mercado Medieval de Óbidos, do Óbidos Vila Natal, permitiu dar uma elevada visibilidade ao território além-fronteiras, sendo atualmente, Óbidos, um dos locais mais visitados em Portugal.

A visita de comitivas de jornalistas estrangeiros é cada vez mais frequente sendo elaborados artigos sobre o território, os eventos e as políticas públicas desenvolvidas e implementadas.

A elaboração e a implementação destas políticas públicas permitem o desenvolvimento do território e a redução das assimetrias existentes.

A Óbidos Criativa, E.M., no seu âmbito social, e em observância com as competências delegadas, assume aqui a missão de parceiro privilegiado do Município de Óbidos na implementação da estratégia de desenvolvimento traçada para o território, cabendo-lhe implementar um vasto leque de programas e atividades que contribuem para a valorização do capital cultural que Óbidos, enquanto denominador comum, tem para oferecer.

De entre as diversas atividades e ações de dinamização dos museus e galerias, e para além das diversas parcerias com entidades públicas e privadas, salientamos a organização de vários colóquios e iniciativas no âmbito da recriação histórica.

Os programas de animação sociocultural e turístico apresentam as melhores ofertas possíveis, tendo sempre em conta os recursos financeiros existentes. As medidas para que os custos com a realização dos eventos têm de ter em conta os orçamentos previamente aprovados e que os honorários/aquisições teriam de ser negociados, são exemplo do rigor da gestão da empresa municipal.

A Óbidos Criativa, E.M. realizou durante o exercício de 2019:




- O **Festival Internacional de Chocolate**, dedicado à temática do desporto, foi alvo de um ajustamento de calendário e de um evento que decorria aos fins-de-semana passou para um evento de onze dias seguidos (24 de Abril a 5 de Maio). A grande novidade foi a opção de criar um espaço dedicado ao acolhimento das esculturas, da cozinha dos chefes, dos cursos, dos workshops e de pontos de venda de chocolate selecionados, conseguindo dentro de uma tenda de grandes dimensões criar sinergias entre as várias áreas do evento. Estas alterações resultaram na inversão da linha de tendência regressiva que se fazia sentir no evento, e voltar a aumentar o número de pontos de venda com a qualidade de excelência e também o número de visitantes.



- A **Semana Santa de Óbidos**, um dos mais importantes cartazes turísticos da Vila, decorreu de 13 a 21 de Abril. Todos os anos, as cerimónias religiosas e culturais atraem milhares de pessoas nesta época do ano à vila de Óbidos. Estas cerimónias são das mais antigas do País, tendo a procissão dos Passos mais de 400 anos de existência e caracterizam o território de Óbidos de forma muito marcada. A Semana Santa é, por isso, um acontecimento religioso importante para comunidade local, assim como para os vários milhares de peregrinos e turistas que assistem às imponentes cerimónias. À semelhança de outros anos, contou com diversos concertos de música clássica, essencialmente de teor religioso, entre outras atividades culturais.



- O **Latitudes: Literatura e Viajantes**, de 16 a 19 de maio de 2019, teve lugar a terceira edição do Festival Latitudes – Literatura e Viajantes, inserido na estratégia Óbidos Vila Literária. Viagens escritas, faladas, ilustradas, por livrarias, por terra, céu e mar, reuniram em Óbidos nomes sonantes da Literatura e das Viagens.



- O **Mercado Medieval de Óbidos** viu a sua duração ser reduzida para três fins-de-semana indo ao encontro das necessidades demonstradas pelos participantes, em especial as associações locais, grandes dinamizadoras deste evento. Apesar desta alteração, a Óbidos Criativa, E.M. conseguiu manter o mesmo número de visitantes e o nível de qualidade do evento, reduzindo o valor dos custos em cerca de 25%.



- A **SIPO – Semana Internacional de Piano de Óbidos**, desde 1996 um marco no panorama da música internacional, conta com a participação de artistas de reputação excecional no mundo da música, proporciona momentos de rara qualidade num programa altamente diversificado.

A edição de 2019 não foi exceção, juntando em Óbidos centenas de amantes da música que assistiram ao festival de piano e participaram em masterclasses entre os dias 21 de julho e 5 de agosto.



- O **FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos**, realizado em parceria com a Câmara Municipal de Óbidos e a Sociedade Vila Literária foi uma vez mais um enorme sucesso, demonstrando que é um evento essencial para o posicionamento do concelho de Óbidos no panorama cultural português, especialmente na área da literatura, integrando, de forma inequívoca, a estratégia Óbidos Vila Literária, reconhecida pela UNESCO como Creative City of Literature, desde 2015.



- O **Óbidos Vila Natal** em 2019 foi afetado pelas condições meteorológicas adversas. Além da contingência de encerrar o evento durante dois dias, devido ao furacão ELSA, os três primeiros fins-de-semana foram assolados pelas chuvas que afastaram os visitantes.

Apesar desses imprevistos, o resultado final do evento foi mais elevado do que o previsto em orçamento.

A realização destes eventos denota que a estratégia adotada pela Câmara Municipal de Óbidos, tendo a Óbidos Criativa, E.M. como elemento essencial, tem proporcionado alargar os horizontes de atratividade de Óbidos enquanto destino turístico em Portugal.

Distribuídos ao longo do ano, com especial incidência nas épocas baixas, têm ajudado a qualificar a oferta cultural, possibilitando um aumento das receitas geradas na economia local e regional, resultado do excelente trabalho realizado, de acordo com os dados divulgados pela entidade regional “Turismo do Centro” e também pelo “Instituto Nacional de Estatística”.

Por fim, pode afirmar-se que no ano de 2019 se obteve os melhores resultados financeiros e de reconhecimento ao nível dos eventos organizados nos últimos anos. Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a

Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras e demais elementos conforme a lei em vigor.

Óbidos, 29 de Abril de 2020

O Presidente do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Dr. Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro)

O Vogal do Conselho de Administração (Executivo)



Dr. Alexandre dos Santos Ferreira

A Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Dra. Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis)

2. EVENTOS E ATIVIDADES

2.1 Eventos

> 01 a 06 janeiro 2019

Óbidos Vila Natal 2018/2019



Handwritten signature
T. B. S.

> 14 a 21 abril 2019

Semana Santa de Óbidos
(apoio com o som)



> 25 abril a 05 maio 2019

XVII Festival Internacional de Chocolate
(6^{af} a domingo)



> 16 a 19 maio 2019

Latitudes, Literatura e Viajantes



T. Reis
A. Reis

> 16 julho a 02 agosto 2019

Mercado Medieval (de 5ªfeira a Domingo)



> 10 a 30 outubro 2019

Fólio – Festival Literário Internacional de Óbidos



> 29 novembro 2019 a 5 janeiro 2020
Óbidos Vila Natal 2019/2020

2.2 Atividades

2.2.1 Espaços Culturais

GALERIA NOVA OGIVA

> 10 outubro a 31 dezembro 2019

Exposição “Pim Mostra de Ilustração para Imaginar o Mundo – FÓLIO 2019”

CASA SARAMAGO

> 3 fevereiro a 17 março 2019

Exposição *Mulheres de Corpo e Alma*, integrada no Projeto 5 sentidos – 5 culturas – 5 concelhos.

> 21 março a 31 maio 2019

Memórias escritas dos nossos poetas: Todos os anos desde 1999, a UNESCO tem comemorado o Dia Mundial da Poesia a 21 de março. É uma ocasião para celebrar a riqueza do património cultural e linguístico mundial. É também uma oportunidade para chamar atenção para as formas tradicionais de poesia que correm o risco de desaparecer, como é o caso de muitas línguas minoritárias e pouco usadas. É nesta perspetiva que a valorização do património bibliográfico Obidense se impõe, considerando a sua enorme riqueza.

> 16 e 17 Abril 2019

Edição de 2019 do *Europa Moot Cour Exposição - Concurso Internacional*, organização internacional promovida pela Universidade Nova de Lisboa – Departamento de Direito.



> 16 a 20 maio 2019

Exposição Fotográfica *O Paraíso segundo José Maria*, de João Ferreira.

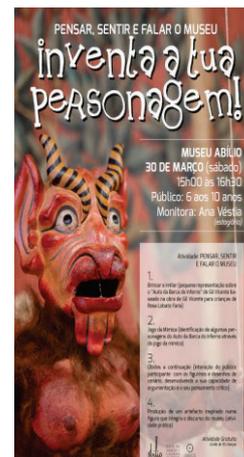
> 1 a 31 dezembro 2019

Exposição ***Império do Medo*** – Exposição que evoca a escravatura e o tráfico negreiro, a sua violência e circunstâncias, mas também a luta porfiada das vítimas e de quantos se lhe opunham. Curadoria de Alfredo Caldeira, Fátima Sá, Isabel do Carmo, Patrícia Alves, Paula Cabeçadas e Raquel Santos.

MUSEU ABÍLIO DE MATTOS E SILVA

> agosto 2018 a setembro 2019

Exposi76o *Do Paraíso ao Inferno Vicentino*, trilogia de obras – AbÍlio de Mattos e Silva, Gil Vicente e Jos6 Carlos Barros. Na exposi76o encontrar6 as tape7arias que constituem pe7as fundamentais da cenografia da pe7a “Auto da gera76o humana” de Gil Vicente, para a companhia do Teatro Nacional D. Maria II, em 1978, aquando da reabertura do Teatro.



> 30 mar76o 2019

Pensar, Sentir e Falar O Museu. Inventa a tua personagem!, visitas comentadas e integradas na XVII edi76o do Festival Internacional de Chocolate 2019.

> 16 e 17 abril 2019

Edi76o de 2019 do *Europa Moot Cour Exposi76o* - Concurso Internacional, organiza76o internacional promovida pela Universidade Nova de Lisboa – Departamento de Direito.

> 6 dezembro 2019

Quem Protesta N6o tem Medo. Protestar, defender uma causa, ser a favor ou contra, parece mais f6cil do que o que 6. Mesmo nas democracias, j6 para n6o falar das ditaduras e nos regimes autorit6rios e repressivos. Protestar 6 tamb6m vencer o medo. E quando se veste o protesto no corpo, compromete-se mais do que a cabe7a, usa-se o corpo como meio de express6o. E o corpo 6 mais fr6gil. Curadoria de Jos6 Pacheco Pereira, Ana Maria Cal7ada e Parceria de Arquivo – EPHEMERA.

MUSEU MUNICIPAL

> Desde janeiro 2005

Exposi76o permanente do Museu Municipal de 6bidos. Uma viagem pela produ76o artÍstica e pela devo76o religiosa da hist6ria da Vila. A cole76o testemunha a a76o das colegiadas religiosas e o enriquecimento cultural marcado por encomendas a alguns dos maiores nomes da Arte Portuguesa.

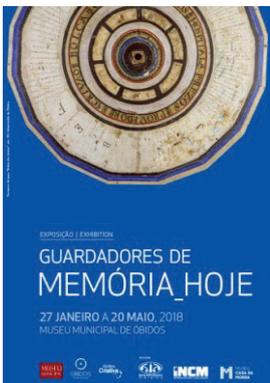
Destaca-se a cole76o de pintura dos s6culos XVI e XVII, onde constam obras de Andr6 Reinoso e Josefa d'6bidos.



> 1 mar7o 2018 a 1 maio 2019



Óbidos_Fortaleza Natural das Artes – História, Pintura, Escultura em Óbidos - As salas do Museu encheram-se de pinturas, num percurso cronol6gico, onde se informa o visitante das característias da pintura e do local de onde a mesma foi retirada novo discurso expositivo deu lugar a uma Sala Josefa d' Óbidos, permitindo ao visitante uma análise mais pr6xima e mais focada na obra da pintura.



> 27 janeiro 2018 a 25 fevereiro 2019

Exposi7ão *Guardadores de Mem6ria* - conce7ão, organiza7ão, produ7ão de texto e programa de comunica7ão e montagem; a mem6ria dos objetos é a loinha de viagem desta exposi7ão que se inicia no séc. XXI, com as atividades /eventos de Óbidos e através de mem6rias diversas retorna ao territ6rio de Óbidos ate ao Paleolítico Superior.

> Desde Maio 2019

T&A

Exposi7ão da Dor – Arte Óbidos. Exposi7ão de retábulos dos espa7os religiosos de Óbidos, que se encontram no acervo do Museu e sã0 pertença da Par6quia de Sã0 Pedro e Santa Maria e da Santa Casa da Miseric6rdia de Óbidos. Mostra de obras que sofreram interven7ão de conserva7ão e restauro, nomeadamente os fragmentos dos Retábulos S. Vicente.

MUSEU PAROQUIAL

> 3 maio a 30 mar7o 2019

Exposi7ão Do Povo ao Rei. No momento em que o Santuário do Senhor Jesus da Pedra, Monumento de Interesse Público, volta a resplandecer no horizonte da Vila de Óbidos, resultado das obras de conserva7ão e restauro a decorrerem presentemente, é oportuno reviver a história do imóvel e devolver-lhe a importância de outrora, restituindo-lhe a magnitude e beleza arquitet6nicas.



REDE DE MUSEUS E GALERIAS

> Desde dezembro 2012

Um visitante, um mecenas - Campanha que a Rede de Museus e Galerias de Óbidos leva a cabo com entradas gratuitas nos Museus d'Óbidos - três coleções, três museus de Óbidos (Museu Municipal, Museu Paroquial e Museu Abílio) peça em destaque

VISITAS GUIADAS

- Colaboração das visitas guiadas, no programa Óbidos Visto Pelas Crianças
- Visita genérica à vila e RMG – intercâmbio de escola.

2.2.2 Iniciativas Desportivas

NATAÇÃO DE COMPETIÇÃO – ÓBIDOS CRIATIVA

A equipa de natação de competição da Óbidos Criativa reiniciou a sua atividade em 2019, correspondendo à vontade de alguns nadadores em competir mais do que as provas não federadas (Circuito de Escolas de Natação do Oeste). Iniciou igualmente neste ano, a competição no escalão de Master (idades superiores a 25 anos).

Fazem parte do grupo de competição também a equipa de natação de pré-competição e de aqua cross training, segue apenas um resumo das provas de competição federado.

Neste ano:

A equipa contou com 11 atletas das categorias (Cadetes e Infantis) e 15 de Masters;

Os treinos decorreram na piscina municipal de Óbidos, com a periodicidade de 3x semana o escalão de cadetes, 5x para os infantis e 3 x para os masters;

Cadetes e Infantis, participaram em provas no âmbito distrital, organizadas pela Associação de Natação do Distrito de Leiria e por clubes que nos convidaram a participar nos seus torneios;

O escalão de Masters, participou em provas fora do distrito, organizadas por outras associações que não a ANDL:

Data	Prova	Local
25 de Abril	3º Circuito de Cadetes + Torneio de Técnica Combinadas	Óbidos
1 de Junho	3º Torregri de Cadetes (A+B) + Torneio Técnicas Simultâneas	Leiria
29 de Junho	4º Circuito Cadetes Golfinho Sports + VIII Torneio Benedita Sport Club Natação	Benedita
20 de Outubro	Torneio de Abertura - Absolutos	Óbidos
26 de Outubro	Torneio de Abertura - Cadetes	Óbidos
16 de Novembro	1º Torregri – 2º Circuito de Cadetes	Alcobaça
23 e 24 de Novembro	Prova Preparação de Infantis	Caldas da Rainha
30 de Novembro e 1 de Dezembro	Meeting Internacional de Masters	Mealhada
7 de Dezembro	3º Circuito de Cadetes	Ansião
21 e 22 de Dezembro	Torneio de Nadador Completo	Pombal

3. ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Considerações Gerais

Este relatório e contas respeitantes ao ano de 2019 são elaborados nos termos da alínea d) do artigo 42.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto e o previsto, na alínea g) do artigo 13.º e no artigo 33.º dos Estatutos da Óbidos Criativa, E.M.

3.2 Análise Económica

3.2.1 Rendimentos

A Óbidos Criativa, E.M. conclui o exercício de 2019 com um valor de rendimentos de 1,7 Milhão de Euros, correspondente a um decréscimo de 80 Mil Euros relativamente ao ano anterior.

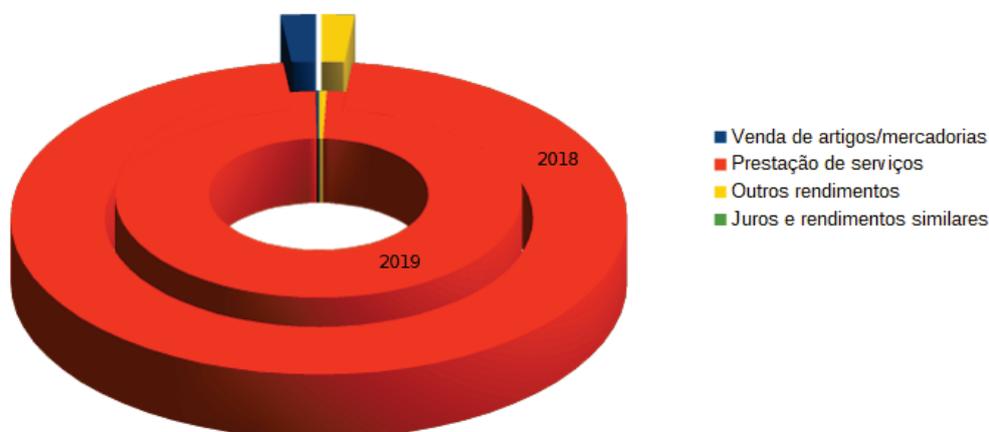
Quadro da Estrutura e Comparação de Rendimentos (2018-2019) em Euros

Estrutura de Rendimentos (2019-2018)	2018		2019		Variação 19/18	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Venda de artigos/mercadorias	32.968,36	1,8%	3.845,82	0,2%	-29.122,54	88,3%
2. Prestação de serviços	1.725.554,30	96,4%	1.694.363,41	99,1%	-31.190,89	-1,8%
Eventos	1.249.592,80	72,4%	1.177.406,20	69,5%	-72.186,60	-5,8%
Alugueres & Concessões	471.227,21	27,3%	512.535,33	30,2%	41.308,12	8,8%
Visitas Guiadas						
Formações/Workshops	4.734,29	0,3%	4.421,88	0,3%	-312,41	-6,6%
Museus						
3. Outros rendimentos	31.078,78	1,7%	10.774,16	0,6%	-20.304,62	65,3%
4. Juros e rendimentos similares						
TOTAL (1.+2.+3.+4.)	1.789.601,44	100,0%	1.708.983,39	100,0%	-80.618,05	-4,5%

O volume de negócios decresce face ao ano anterior, decorrente do menor volume, quer de vendas (-88,3%), quer de prestações de serviço (-1,8%). A rubrica de "Alugueres & Concessões" contribuiu para uma variação nas prestações de serviço, dado o aumento (8,8%) da respetiva rubrica, comparativamente com o decréscimo ligeiro das restantes.

Salienta-se, que a variação da rubrica de "Outros rendimentos" deve-se em ambos os anos, a situações de carácter pontual, sendo que o ano de 2019, representa um reembolso de seguros de acidentes pessoais, assim como, reembolsos de imposto municipal sobre imóveis.

Gráfico – Evolução dos Rendimentos (2018-2019) em Euros



3.2.2 Gastos

Os gastos totalizaram no ano de 2019, o valor de 1,5 Milhão de Euros, menos 217 Mil Euros que o montante do ano anterior, correspondente a um decréscimo de 12,4%.

Quadro da Estrutura e Comparação de Gastos (2018-2019) em Euros

Estrutura de Custos (2019-2018)	2018		2019		Variação 19/18	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. CMVMC	16.808,05	1,0%	1.086,45	0,1%	-15.721,60	-93,5%
2. Fornecimento e Serviços Externos	1.060.605,49	60,3%	888.188,00	57,6%	-172.417,49	-16,3%
Eventos	1.053.335,60	99,3%	886.220,16	99,8%	-167.115,44	-15,9%
Alugueres & Concessões	3.236,03	0,3%	1.847,84	0,2%	-1.388,19	-42,9%
Visitas Guiadas						
Formações/Workshops	4.033,86	0,4%	120,00	0,0%	-3.913,86	-97,0%
Museus						
3. Gastos com o pessoal	615.381,67	35,0%	590.370,09	38,3%	-25.011,58	-4,1%
Eventos	551.652,49	89,6%	546.749,14	92,6%	-4.903,35	-0,9%
Alugueres & Concessões	27.894,49	4,5%	27.264,83	4,6%	-629,66	-2,3%
Visitas Guiadas						
Formações/Workshops	35.834,69	5,8%	16.356,12	2,8%	-19.478,57	-54,4%
Museus						
4. Imparidade de dívidas a receber	10.288,00	0,6%				
5. Outros Gastos e Perdas	33.405,81	1,9%	33.188,78	2,2%	-217,03	-0,6%
6. Gastos de depreciação e de amortização	22.750,04	1,3%	23.214,41	1,5%	464,37	2,0%
7. Juros e Gastos similares	0	0,0%	5.807,14	0,4%	5.807,14	0,0%
TOTAL (1.+2.+3.+4.+5.+6.+7.)	1.759.239,06	100,0%	1.541.854,87	100,0%	-217.384,19	-12,4%

Segue uma análise pormenorizada em relação às diferentes rubricas de gastos com maior relevância e que contribuíram para o resultado apresentado no quadro acima:

O decréscimo do custo das matérias vendidas e matérias consumidas em 15 Mil €uros, deve-se consequentemente ao decréscimo do volume de vendas.

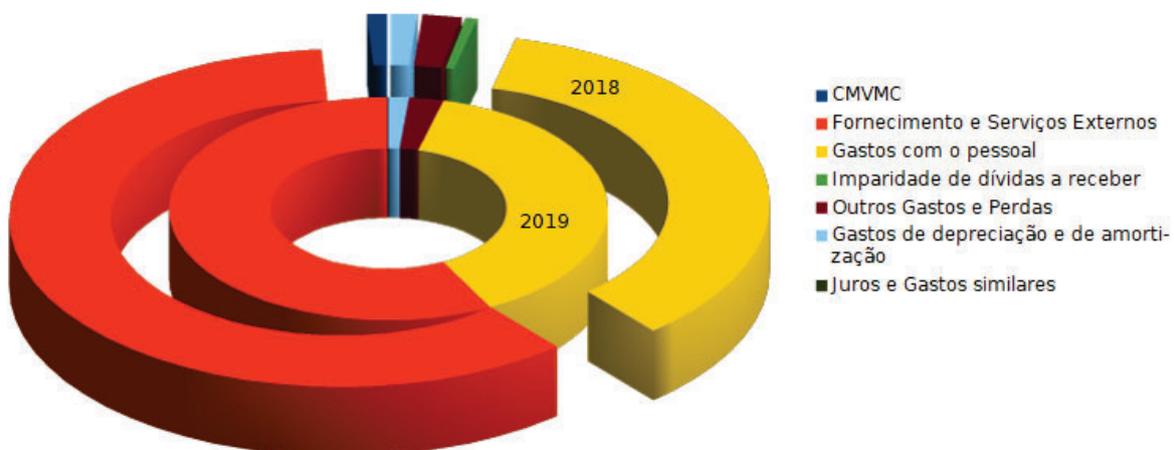
Os fornecimentos e serviços externos, rubrica com maior impacto na estrutura de gastos (57,6%), atingiram um decréscimo de 172 Mil €uros face ao ano anterior (-16,3%). Este facto, justifica-se fundamentalmente, pelo decréscimo dos gastos com a rubrica honorários, nomeadamente no setor de eventos (segundo quadro 14.1 inerente à decomposição dos fornecimentos e serviços externos, presente no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados).

Os gastos com pessoal representam 38,3% dos gastos totais, constituindo a seguir aos fornecimentos e serviços externos a rubrica com maior expressão na estrutura de gastos, atingindo o montante de 590 Mil €uros. Esta rubrica registou um decréscimo de 25 Mil €uros devido a baixas médicas, uma licença de maternidade e outra licença sem vencimento, que posteriormente, originou a rescisão de um posto de trabalho por iniciativa da ex-colaboradora (sector de visitas guiadas). As políticas e gestão do pessoal tem-se pautado pela estabilidade dos quadros, não existindo uma política de rotação frequente.

O ligeiro aumento dos outros gastos em 5 Mil €uros, resulta fundamentalmente devido a taxas (inerentes a anos anteriores) aplicadas aos eventos, pela Sociedade Portuguesa de Autores.

O aumento de 464 €uros das depreciações, deve-se à aquisição do estritamente indispensável para substituir ou manter a conservação e utilidade do imobilizado existente. Os investimentos do período em Ativos Fixos Tangíveis ascenderam a 8.083,09 euros.

Gráfico – Evolução dos Gastos (2018-2019) em €uros



3.2.3 Resultados

Quadro – Resultados e Indicadores (2018-2019) em Euros

Resultados e Indicadores (2018-2019)	2018	2019	Var.19/18
Operacionais	30.362,38	172.935,66	142.573,28
Antes de Impostos	30.362,38	167.128,52	136.766,14
Imposto s/ Rendimentos	17.005,16	41.432,85	24.427,69
Líquidos do Exercício	13.357,22	125.695,67	112.338,45
EBITDA	53.112,42	196.150,07	143.037,65

O resultado líquido do exercício ascendeu em 125 Mil Euros, cujo valor impulsiona um aumento de 112 Mil Euros face ao ano anterior.

Em 2019, o EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos) atinge o valor de 196 Mil Euros, refletindo a variação positiva de 143 Mil Euros face ao ano anterior.

3.3 Posição Financeira

3.3.1 Indicadores Económico-Financeiros

Apresentam-se de seguida alguns indicadores económico-financeiros.

Quadro – Rácios da Estrutura Financeira em Euros

Rácios	2018	2019
Autonomia Financeira (%) - Capital Próprio / Ativo	79,29%	83,58%
Solvabilidade (%) - Capital Próprio / Passivo	382,83%	509,09%
Endividamento (%) - Passivo / Ativo	20,71%	16,42%
Estrutura do Endividamento (%) - Passivo Corrente / Passivo	96,46%	95,64%
Liquidez		
Liquidez Geral - Ativo Corrente / Passivo Corrente	2,87	3,76
Equilíbrio Financeiro		
Fundo de Maneio – (Ativo Corrente - Passivo Corrente)	741.530,58	882.719,19
Margem Bruta sobre as Vendas (%) - (Vendas - CMVMC) / (Vendas)	-337,05%	71,75%
Funcionamento		
Rotação do Ativo (%) - Volume de Negócios / Ativo	88,47%	83,41%
Cash-Flow		
Cash Flow Bruto - (Resultado Líquido do Período + Depreciações e Amortizações + Provisões + Imparidades)	46.395,26	148.910,08

Desta análise evidencia-se que a Óbidos Criativa – E.M., é uma empresa com uma situação líquida e com uma autonomia favorável, sendo que, os rácios inerentes ao endividamento decresceram e os rácios inerentes à liquidez aumentaram.

Acresce-se ainda com o quadro abaixo apresentado, que a estrutura do balanço manteve-se estável, sendo que o aumento do peso do Capital Próprio, se deveu ao Resultado Líquido do Exercício.

Estrutura do Balanço em milhares de euros

	2018		2019			2018		2019	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente	849	43%	834	41%	Capital Próprio	1.576	79%	1.702	84%
Ativo corrente	1.139	57%	1.202	59%	Passivo não corrente	15	1%	15	1%
					Passivo corrente	397	20%	320	16%
TOTAL	1.988	100%	2.036	100%		1.988	100%	2.037	100%

3.3.2 Gestão de Risco

a) Risco de Cliente e Risco Crédito sobre Clientes

O risco de cliente é dirimido pela diversidade de clientes e elevado número de clientes individuais com pronto pagamento dos serviços (eventos). O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional da empresa. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito, acompanhando os créditos concedidos tanto temporal como monetariamente;
- Possui pessoas afetas às cobranças.

b) Riscos de Mercado

I. Risco de Taxa de Juro

A exposição da empresa ao risco de variação positiva da taxa de juro do Euro, é inexistente no período por não subsistirem empréstimos bancários.

II. Risco de Taxa de Câmbio

A empresa regra geral, só efetua negócios na moeda Euro, não estando por esse motivo suscetível a variações positivas e/ou negativas da taxa de câmbio de transação.



c) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a empresa possui capacidade para assegurar atempadamente o financiamento necessário para a sua atividade de negócio.

Com este propósito, a gestão de liquidez na empresa compreende o planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal e anual). Como é possível demonstrar pelos seus rácios, a empresa municipal goza de uma boa situação ao nível da liquidez, não existindo riscos a este nível.

4. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A execução perante o orçamento anual de exploração, nomeadamente a Demonstração Previsional de Resultados para o ano de 2019, resume-se no quadro seguinte:

Quadro – Resultados e Indicadores de Execução (Orçamento e 2019) em Euros

Resultados indicadores	Orçamento	2019	Desvio
Operacionais	58.551,96	172.935,66	114.383,70
Antes de Impostos	58.451,96	167.128,52	108.676,56
Imposto s/ Rendimentos	21.274,91	41.432,85	20.157,94
Líquidos do Exercício	37.177,05	125.695,67	88.518,62
EBITDA	81.621,16	196.150,07	114.528,91

Face ao exposto os desvios apresentam-se positivos na execução anual da prestação de contas de 2019.

5. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO

O plano de investimentos elaborado para o ano de 2019 previa um montante de 5 Mil Euros, tendo essa verba sido executada em 8 Mil Euros (8.083,09€) o que representa um desvio de 3 Mil Euros (3.083,09€).

Este desvio resulta unicamente para substituir ou manter a conservação e utilidade do imobilizado existente.

6. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º dos estatutos da empresa propomos que o resultado líquido do exercício no **valor positivo de 125.695,67 Euros** seja transferido em primeiro lugar na Reserva Legal em 10% e o remanescente em reservas livres:

Reserva Legal	12.569,57 Euros
Reservas Livres	113.126,10 Euros
Total	125.695,67 Euros

7. PERSPETIVAS FUTURAS

Neste período em que estamos a preparar a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2019, a economia mundial foi surpreendida com uma crise no seguimento do apare-

cimento duma pandemia denominada por COVID-19 (Coronavírus). Esta crise aparece no seguimento do surgimento de múltiplas epidemias em diferentes países. A classificação de Pandemia, foi dada ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde a 11 de março de 2020, atendendo aos inúmeros casos de doença registados em todos os continentes. Na sequência dessa classificação, foram criadas ferramentas estratégicas de preparação, resposta e medidas extraordinárias pelos diversos níveis governamentais do país.

No caso específico da Óbidos Criativa - E.M., foram tomadas medidas tidas por necessárias a amenizar os efeitos que esta situação pode ter no futuro próximo e aplicadas de todas as medidas enunciadas no Plano Nacional de Preparação e Resposta à doença pelo novo coronavírus (COVID-19). A equipa de conceção dos eventos e os serviços administrativos foram colocados em teletrabalho, permitindo o normal funcionamento da empresa.

Uma das medidas entretanto tomadas foi o cancelamento dos eventos calendarizados para o 1º semestre de 2020, designadamente o Festival do Chocolate e a Semana Santa. O Festival de Literatura de Viagens Latitudes foi adiado para o segundo semestre de 2020. A empresa continua a trabalhar para que o Mercado Medieval e o Óbidos Vila Natal venham a ser realizados nas datas definidas. Apesar de todas as medidas tomadas e a prudência na gestão dos recursos existente, estimamos que os efeitos da crise económica, devido aos efeitos e medidas aplicadas pelo Governo da República, irão certamente causar uma quebra considerável nas contas finais de 2020. No entanto previmos não vir a ter qualquer problema financeiro, dado o excelente ano de 2019 e as medidas de gestão entretanto adotadas.

Até à presente data, os eventos celebrados no 2º semestre manter-se-ão, com as devidas oscilações temporais comparativamente com períodos de anos anteriores.

Em face do exposto e apesar do nível e incerteza e volatilidade da situação não permitir estimar com exatidão os impactos financeiros futuros na empresa, em resultado das situações atrás descritas, é convicção da administração que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspectivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

8. INFORMAÇÕES DIVERSAS

- A entidade não dispõe de sucursais.
- A Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

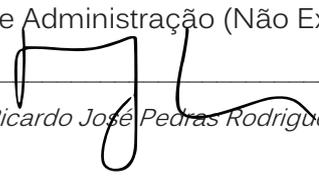
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Durante o período de 2019, a Entidade não efetuou transações com quotas próprias sendo nulo o saldo devido em 31 de dezembro de 2019.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre administradores e a sociedade.
- A empresa municipal não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na posição financeira e bem assim, que coloque em causa a continuidade das operações.
- As decisões tomadas pelo Município de Óbidos e pelo órgão de gestão executivo assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.
- Relativamente à atividade da empresa, não se verificam quaisquer problemas de cariz ambiental, não resultando contingências associadas.

Após o termo do período, além das questões divulgadas nas perspetivas futuras e em nota apropriada em Anexo, não se verificaram quaisquer factos dignos de destaque que possam afetar estas demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras para o período de 2019 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 29 de Abril de 2020.

Óbidos, 29 de Abril de 2020

O Presidente do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Dr. Ricardo José Pedras Rodrigues Ribeiro)

O Vogal do Conselho de Administração (Executivo)



(Dr. Alexandre dos Santos Ferreira)

A Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Dra. Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis)

Tbis
PPE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o período intercalar
de 1 janeiro a 31 dezembro 2019

Óbidos Criativa, EM

NIF: 507566343

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período Interacalar entre 01 de Janeiro de 2019 e 31 de Dezembro de 2019

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 DEZEMBRO 2019	31 DEZEMBRO 2018
Vendas e serviços prestados	3; 10	1.698.209,23	1.758.522,66
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1.086,45	-16.808,05
Fornecimentos e serviços externos	14	-888.188,00	-1.060.605,49
Gastos com o pessoal	15	-590.370,09	-615.381,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-10.288,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	16	10.774,16	31.078,78
Outros gastos e perdas	16	-33.188,78	-33.405,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		196.150,07	53.112,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-23.214,41	-22.750,04
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		172.935,66	30.362,38
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-5.807,14	
Resultado antes de impostos		167.128,52	30.362,38
Imposto sobre o rendimento do período	11	-41.432,85	-17.005,16
Resultado líquido do período		125.695,67	13.357,22

A Administração,



A Contabilista Certificada,



Óbidos Criativa, EM

NIF: 507566343

Balança individual em 31 de Dezembro de 2019

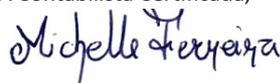
Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3; 6	67.471,34	82.602,66
Propriedades de investimento	3; 7	766.000,00	766.000,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		90,41	452,03
		833.561,75	849.054,69
Ativo corrente			
Inventários	3; 8	390.935,37	393.089,73
Clientes	3; 12	166.150,45	199.064,66
Estado e outros entes públicos	3; 11	0,00	0,00
Outros créditos a receber	3; 12	6.963,61	21.743,86
Diferimentos	3; 9	26.900,06	4.679,38
Caixa e depósitos bancários	3; 4	611.464,73	520.054,30
		1.202.414,22	1.138.631,93
Total do ativo		2.035.975,97	1.987.686,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3; 13	1.137.886,00	1.137.886,00
Reservas legais	13	86.470,84	86.470,84
Outras reservas	13	296.841,68	481.535,58
Resultados transitados	13	0,00	-198.051,12
Excedentes de revalorização		54.815,53	54.815,53
		1.576.014,05	1.562.656,83
Resultado líquido do período		125.695,67	13.357,22
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		1.701.709,72	1.576.014,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	11	14.571,22	14.571,22
		14.571,22	14.571,22
Passivo corrente			
Fornecedores	3; 12	33.929,71	60.504,87
Adiantamentos de clientes	3; 12	269,00	
Estado e outros entes públicos	3; 11	74.770,03	96.733,74
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	3; 12	201.808,72	239.362,74
Diferimentos	9	8.917,57	500,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
		319.695,03	397.101,35
Total do passivo		334.266,25	411.672,57
Total do capital próprio e do passivo		2.035.975,97	1.987.686,62

A Administração,



A Contabilista Certificada,



Óbidos Criativa, E.M

NIF: 507566343

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período Intercalar entre 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro 2019

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		1.976.738,52	2.034.767,72
Pagamentos a fornecedores		-1.069.515,94	-862.036,96
Pagamentos ao pessoal		-479.277,34	-374.566,63
Caixa gerada pelas operações		427.945,24	798.164,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-21.896,01	-7.851,37
Outros recebimentos/pagamentos		-306.555,71	-708.817,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		99.493,52	81.495,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-8.083,09	-24.316,55
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros ativos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros ativos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-8.083,09	-24.316,55
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Juros e gastos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	91.410,43	57.178,77
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	520.054,30	462.875,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	611.464,73	520.054,30

A Administração,

A Contabilista Certificada,




ÓBIDOS CRIATIVA E.M.

NIF: 507566343

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Do período entre 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro 2019

(Valores em euros)

	1	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados transitados		
Posição no Início do Período 2019			1.137.886,00	86.470,84	481.535,58	54.815,53	-198.051,12	13.357,22	1.576.014,05
Alterações no período		13							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de polít. contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstra. financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revaloriz. de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	-184.693,90	0,00	198.051,12	-13.357,22	0,00
	2		0,00	0,00	-184.693,90	0,00	198.051,12	-13.357,22	0,00
Resultado Líquido do Período	3						123.788,02		123.788,02
Resultado Integral	4 = 2 + 3						110.430,80		123.788,02
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2019		6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.137.886,00	86.470,84	296.841,68	54.815,53	0,00	123.788,02	1.699.802,07

A Administração

A Contabilista Certificada

ÓBIDOS CRIATIVA E.M.

NIF: 507566343

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Do período entre 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro 2018

(Valores em euros)

	1	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados transitados		
Posição no Início do Período 2018			1.137.886,00	86.470,84	481.535,58	0,00	-208.952,27	10.901,15	1.507.841,30
Alterações no período		13							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de polít. contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstra. financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revaloriz. de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos			0,00	0,00	0,00	54.815,53	0,00	0,00	54.815,53
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	0,00	0,00	10.901,15	-10.901,15	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	54.815,53	10.901,15	-10.901,15	54.815,53
Resultado Líquido do Período	3						13.357,22		13.357,22
Resultado Integral	4 = 2 + 3						2.456,07		68.172,75
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2018		6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.137.886,00	86.470,84	481.535,58	54.815,53	-198.051,12	13.357,22	1.576.014,05

A Administração

A Contabilista Certificada

T. Bis *ps*

ANEXO

31 de dezembro de 2019

ÍNDICE ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE.....	36
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36
2.1. Referencial Contabilístico	36
2.2. Pressuposto de Continuidade.....	36
2.3. Regime do acréscimo.....	36
2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes	37
2.5. Passivos contingentes	37
2.6. Passivos financeiros	37
2.7. Comparabilidade.....	37
2.8. Eventos Subsequentes	37
2.9. Derrogação das disposições do SNC.....	37
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	38
3.1. Bases de mensuração	38
3.1.1 Moeda funcional e de apresentação	38
3.1.2 Ativos fixos tangíveis.....	38
3.1.3 Propriedades de Investimento	39
3.1.4 Imposto sobre o rendimento	40
3.1.5 Inventários.....	40
3.1.6 Clientes e outros créditos a receber	41
3.1.7 Caixa e equivalentes de caixa.....	41
3.1.8 Capital Social.....	41
3.1.9 Outros instrumentos de capital próprio	41
3.1.10 Provisões.....	41
3.1.11 Fornecedores e outras dívidas a pagar	41
3.1.12 Rédito e regime do acréscimo	42
3.1.13 Subsídios Recebidos.....	42
3.1.14 Gastos e regime do acréscimo.....	42
3.1.15 Benefícios dos empregados	43
3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro	43
3.3. Política de gestão de riscos	44
3.4. Outras políticas contabilísticas relevantes.....	45
4. FLUXOS DE CAIXA.....	45
4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	45
4.2. Outras informações.....	46
5. PARTES RELACIONADAS.....	46
5.1. Entidades que participam no capital da Entidade:	46
5.2. Remunerações dos gestores:.....	46

5.3. Transações entre partes relacionadas:	47
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	48
6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:.....	48
7. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO.....	50
7.1. Quantia escriturada e movimentos do período em propriedades de investimento:.....	50
7.2. Outra informação sobre propriedades de investimento	51
7.3. Medida em que o justo valor da propriedade de investimento se baseou.....	51
8. INVENTÁRIOS	51
8.1. Quadro de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:.....	51
8.2. Decomposição da rubrica “Inventários”:.....	52
8.3. Apuramento da variação nos inventários da produção:	52
8.4. Perdas por imparidade em inventários	52
9. DIFERIMENTOS.....	53
9.1. Divulgação dos elementos que constituem a rubrica “Diferimentos”	53
10. RÉDITO.....	53
10.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:.....	53
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES.....	53
11.1. Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:.....	53
11.2. Decomposição dos saldos com o Estado, conforme quadro seguinte:.....	54
11.3. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados, conforme quadro seguinte:	54
11.4. Decomposição das bases de cálculo de impostos diferidos ativos e passivos à data do balanço, conforme quadro seguinte:	55
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	55
12.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:.....	55
12.2. Dívidas de cobrança duvidosa	55
12.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	56
12.4. Decomposição da rubrica “Outros Créditos a Receber”	57
12.5. Decomposição da rubrica “Outras Dividas a Pagar”	58
13. CAPITAIS PRÓPRIOS.....	58
13.1. Indicação das quantias do capital social subscrito e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização	58
13.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios, ainda não referidos anteriormente:	59
14. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	60
14.1. Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos, conforme, quadro anexo:	60
15. GASTOS COM O PESSOAL.....	60
15.1. Pessoal ao serviço da Entidade e horas de trabalho	60

TZ
 JPS

15.2. Gastos com o pessoal:	61
16. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS	61
16.1. Decomposição da rubrica "Outros gastos", conforme quadro seguinte:	61
16.2. Decomposição da rubrica "Outros Rendimentos", conforme quadro seguinte:	61
17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	62
17.1. Informação por atividade económica	62
17.2. Informação por mercado geográfico.....	63
17.3. Outras divulgações exigidas por diploma legal	63
18. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	64
18.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	64
18.2. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados:	64
19. GESTÃO DE RISCO	64
20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	65
20.1. Autorizações para emissão das demonstrações financeiras:.....	65
20.2. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:.....	65

JPS

Tz
R
R



O presente Anexo, relativo ao período económico que termina a 31 de Dezembro de 2019, procede à compilação das divulgações que a Entidade considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

1. IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE

A Empresa Óbidos Criativa, E.M., tem a sua sede no Largo de São Pedro, na vila e concelho de Óbidos. A Empresa tem como atividade principal a organização de atividades de animação turística (CAE 93293) e atividades secundárias das atividades dos sítios e monumentos históricos (CAE 91030), comércio e retalho de outros produtos (CAE 47784) e pastelarias e casas de chá (CAE 56303).

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

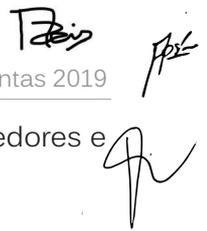
2.2. Pressuposto de Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Administração mesmo tendo em consideração os impactos gerais e globais do Covid-19, considera que a aplicação do pressuposto do princípio da continuidade é apropriado.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e



pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

2.8. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS



As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Bases de mensuração

3.1.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e ganhos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

3.1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até dia 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações estão creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas por imparidade.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontrar reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para “Resultados transitados”. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis é também transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta ou pelo método do saldo decrescente, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada bem.

As taxas de depreciação utilizadas, em conformidade com o período de vida útil atribuído a cada ativo, estão compreendidas nos períodos (mínimo e máxima) previstos no DR 25/2009, coincidentes com os períodos de vida útil estimada e que são os seguintes:

Descrição	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

Os custos com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

O custo de um ativo construído pela própria entidade determina-se usando os mesmos princípios quanto a um ativo adquirido, ou seja, corresponde aos valores dos materiais, mão-de-obra e gastos diretos, imputados à sua construção.

3.1.3 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente ou, se desnecessário por tratar-se de uma avaliação de mercado aceite pelo órgão de gestão, por uma avaliação interna assente nos critérios de determinação do justo valor do ativo. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Aumentos/Reduções de justo valor".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), bem como os rendimentos/rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidas na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.1.4 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. O Município de Óbidos não tem derrama, ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão ainda estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.1.5 Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao “custo médio ponderado” como método de custeio.

Os produtos acabados e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Nos casos em que o valor realizável líquido destes bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A Entidade não adotou o sistema de inventário permanente na contabilização dos inventários, estando legalmente dispensada ao abrigo da alínea d), n.º 4 do art.º 12º do DL 158/2009 de 13/7.

3.1.6 Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

3.1.7 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

É adotado o sistema de fundo fixo na gestão dos valores existentes e caixa.

3.1.8 Capital Social

O capital social é de 1.137.886 euros, está totalmente realizado e é detido na totalidade pelo Município de Óbidos.

3.1.9 Outros instrumentos de capital próprio

Os outros instrumentos de capital próprio são registados pelo seu valor nominal e correspondem a instrumentos financeiros que não se enquadram na definição de passivo financeiro.

3.1.10 Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.1.11 Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor e ao seu custo amortizado, que não difere do valor nominal.

Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

3.1.12 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas e prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Dividendos obtidos" quando existe o direito de os receber.

3.1.13 Subsídios Recebidos

Os subsídios recebidos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, mensurados pelo custo amortizado, na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação e estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.14 Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

3.1.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Não existem outros benefícios atribuídos ao pessoal ou órgãos sociais para além dos de benefícios de curto prazo.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas dos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas.

As estimativas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 incluíram:

- a) Imparidade de goodwill, ativos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras;
- b) Provisões para contingências e passivos ambientais;
- c) Imparidade para contas a receber;
- d) Imparidade para inventários;
- e) Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis;
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- g) Estimativas sobre posições fiscais incertas; e
- h) Justo valor nas Propriedades de Investimento

A curto prazo, não se prevê qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos atuais pressupostos e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes no próximo período de relato.

3.3. Política de gestão de riscos

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de câmbio, de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade a Entidade monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

a) Risco de taxa de câmbio

A exposição da Entidade ao risco de taxa de câmbio resulta na sua maioria a saldos de terceiros denominados em moeda diferente do euro, no entanto os montantes associados a estes são poucos expressivos.

b) Risco de taxa de juro

O endividamento da Entidade encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo das operações de financiamento ao inerente risco de volatilidade da taxa de juro.

Através da monitorização que é feita sobre as taxas de juro e as perspetivas de evolução futura é convicção da Entidade que o risco de taxa de juro está razoavelmente controlado.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição de uma Entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos inventários que integrem em cada momento o seu balanço, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a Entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços de mercado e as perspetivas de evolução futura é convicção da Entidade que o risco de taxa de preço está razoavelmente controlado.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros.

A exposição da Entidade ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafons de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido e, em casos cuja análise de risco, efetuada sobre o terceiro, o aconselhe, através da subscrição de seguros de crédito.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

3.4. Outras políticas contabilísticas relevantes

- Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Não existiram juízos de valor significativos sobre estimativas.

- Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte .

Remete-se para o descrito na nota de acontecimentos após a data do Balanço.

- Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte. É nossa convicção de que não existem incertezas associadas a estimativas que possam gerar ajustamentos em períodos seguintes.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Ano 2019

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	200,00	1.520.936,25	1.520.736,25	200,00
Depósito à Ordem	519.854,30	2.008.245,61	1.916.835,18	611.264,73
Outros depósitos bancários				0,00
Total caixa e depósitos bancários	520.054,30	3.529.181,86	3.437.571,43	611.464,73

Ano 2018

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	200,00	1.657.724,03	1.657.724,03	200,00
Depósito à Ordem	462.675,53	2.052.768,81	1.995.590,04	519.854,30
Outros depósitos bancários				0,00
Total caixa e depósitos bancários	462.875,53	3.710.492,84	3.653.314,07	520.054,30

PSC

Todos os valores em Caixa encontram-se disponíveis para uso.

A

4.2. Outras informações

T

Descrição	2019	2018
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	0,00	2.528,94
Multas e outras penalidades contratuais (decisão do tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	21.896,01	7.621,27
Multas e outras penalidades contratuais (decisão do tribunal)	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Entidades que participam no capital da Entidade:

2019	
NIF	507566343
Denominação	Município de Óbidos
Sede (País)	Portugal
Capital social detido	1 134 886€
Direitos de Voto	100%
Data de Início da participação	07-02-2006
É a entidade controladora final?	Sim

5.2. Remunerações dos gestores:

Natureza das remunerações	Quantias	
	2019	2018
Total de remunerações	48.133,31 €	46.419,64 €
Total de benefícios de curto prazo dos empregados		
Total de benefícios pós-emprego		
Total de outros benefícios de longo prazo		
Total de benefícios por cessação de emprego		
Total de pagamentos com base em ações		



5.3. Transações entre partes relacionadas:



- Consta o seguinte saldo em dívida pelo Município de Óbidos: 75.000 euros
- No exercício não foram efetuadas trocas comerciais.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:

A quantia e movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações de 2019 foram as seguintes:

Ano 2019

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 433 Equipamento Básico	Conta 434 Equipamento de transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos Biológicos	Conta 437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	Conta 453 AFT em Curso	Conta 455 Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início do período			396.224,13	76.761,54	55.204,89		287.604,19			815.794,75
Depreciações acumuladas no início do período			375.767,17	76.761,54	42.675,29		237.988,09			733.192,09
Imparidades acumuladas no início										0,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	20.456,96	0,00	12.529,60	0,00	49.616,10	0,00	0,00	82.602,66
Variações no período										
Aumentos do período	0,00	0,00	4.450,00	0,00	1.980,00	0,00	1.653,09	0,00	0,00	8.083,09
Aquisições em 1ª mão			4.450,00		1.980,00		1.653,09			8.083,09
Concentrações										0,00
Outras aquisições										0,00
Estimativa custos de desmantelamento										0,00
Trabalhos para a própria entidade										0,00
Revalorizações (+)										0,00
Outros aumentos										0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	4.599,62	0,00	2.295,05	0,00	16.319,74	0,00	0,00	23.214,41
Depreciações do período			4.599,62		2.295,05		16.319,74			23.214,41
Perdas por imparidade										0,00
Alienações										0,00
Abates										0,00
Outras diminuições										0,00
Reversões de Perdas de Imparidade										0,00
Transferências de AFT em curso										0,00
Transferências de/para ANCDV										0,00
Outras transferências										0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	20.307,34	0,00	12.214,55	0,00	34.949,45	0,00	0,00	67.471,34
Valor bruto no fim do período										0,00
Depreciações acumuladas no fim do período										0,00

Todos os ativos estão livres de ónus.

Consta uma hipoteca na descrição do registo predial do imóvel 4592 (porta da Vila) no montante máximo assegurado de 34,554 euros a favor da “Fazenda Pública”. Segundo Administração a mesma não será acionada por estar liquidada desde o ano de 2015. Será promovido o distrate desta garantia no decorrer do próximo exercício.

A quantia e movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações de 2018 foram os seguintes:

Ano 2018

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 433 Equipamento Básico	Conta 434 Equipamento de transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos Biológicos	Conta 437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	Conta 453 AFT em Curso	Conta 455 Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início do período			396.224,13	76.761,54	53.452,89		269.586,64			796.025,20
Depreciações acumuladas no início do período			370.184,93	76.761,54	40.139,96		223.355,62			710.442,05
Imparidades acumuladas no início										0,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	26.039,20	0,00	13.312,93	0,00	46.231,02	0,00	0,00	85.583,15
Variações no período										
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,00	0,00	18.017,55	0,00	0,00	19.769,55
Aquisições em 1ª mão					1.752,00		18.017,55			19.769,55
Concentrações										0,00
Outras aquisições										0,00
Estimativa custos de desmantelamento										0,00
Trabalhos para a própria entidade										0,00
Revalorizações (+)										0,00
Outros aumentos										0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	5.582,24	0,00	2.535,33	0,00	14.632,47	0,00	0,00	22.750,04
Depreciações do período			5.582,24		2.535,33		14.632,47			22.750,04
Perdas por imparidade										0,00
Alienações										0,00
Abates										0,00
Outras diminuições										0,00
Reversões de Perdas de Imparidade										0,00
Transferências de AFT em curso										0,00
Transferências de/para ANCDV										0,00
Outras transferências										0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	20.456,96	0,00	12.529,60	0,00	49.616,10	0,00	0,00	82.602,66
Valor bruto no fim do período										0,00
Depreciações acumuladas no fim do período										0,00

7. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO

7.1. Quantia escriturada e movimentos do período em propriedades de investimento:

Ano 2019

Descrição	Modelo do Custo			TOTAL
	Terrenos e Rec.Naturais	Edifícios e Out. Construções	Outras Prop. Investimento	
Divulgações				
Valor bruto no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas no início do período				0,00
Imparidades acumuladas no início				0,00
Saldo no início do período	191 500,00	574 500,00	0,00	766 000,00
Variações no período				
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições				0,00
Variações no justo valor				0,00
Concentrações				0,00
Outros aumentos				0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no justo valor				0,00
Depreciações do período				0,00
Perdas por imparidade				0,00
Alienações				0,00
Abates				0,00
Outras diminuições				0,00
Reversões de Perdas por Imparidade				0,00
Transferências de PI em curso				0,00
Transferências de/para ANCDV				0,00
Transferências de/para inventários				0,00
Transferências de/para AFT				0,00
Outras transferências				0,00
Diferenças de câmbio líquidas				0,00
Saldo no fim do período	191 500,00	574 500,00	0,00	766 000,00
Valor bruto no fim do período				0,00
Depreciações acumuladas no fim do período				0,00
Valor de restrições à realização de rendimentos				

As propriedades de investimento encontram-se valorizadas ao justo valor, sendo convicção da empresa e da administração que os valores de mercado não sofreram variações significativas que impliquem a sua revisão.

7.2. Outra informação sobre propriedades de investimento

Foram reconhecidas rendas no exercício no valor de 6.000 euros.

7.3. Medida em que o justo valor da propriedade de investimento se baseou

Medida em que o justo valor da propriedade de investimento (tal como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras) se baseou numa valorização de um avaliador independente que possui uma qualificação profissional reconhecida e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que foi valorizada Outra informação sobre propriedades de investimento (se não tiver havido tal valorização, esse facto deve se divulgado).

Os imóveis estão reconhecidos pelo Justo Valor tendo sido efetuada uma avaliação por um perito registado na CMVM qua avaliou um dos imóveis sites na Vila de Óbidos. Dessa avaliação resultou à data de passagem dos ativos para a rubrica de PI's um aumento nos capitais próprios no valor de 54.815,53 euros. Os outros dois imóveis, que estão a ser explorados pelo Município, a Administração entendeu que o seu valor corresponde ao Justo Valor em referência à data das demonstrações financeiras.

8. INVENTÁRIOS

8.1. Quadro de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Ano 2019			
Descrição	Mercadorias	Matérias primas subs. E consumo	Total
Inventários iniciais	73.607,78		73.607,78
Compras	203,21		203,21
Reclassificação e regularização de inventários	-1.271,12		-1.271,12
Inventários finais	71.453,42		71.453,42
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.086,45	0,00	1.086,45

Ano 2018			
Descrição	Mercadorias	Matérias primas subs. E consumo	Total
Inventários iniciais	83.178,87		83.178,87
Compras	8.547,86		8.547,86
Reclassificação e regularização de inventários	-1.310,90		-1.310,90
Inventários finais	73.607,78		73.607,78
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	16.808,05	0,00	16.808,05

8.2. Decomposição da rubrica "Inventários":

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Mercadorias	71.453,42	73.607,78	(2.154,36)	(2,93)
Mercadorias em trânsito				
Perdas por imparidade acumuladas				
Subtotal	71.453,42	73.607,78	(2.154,36)	(2,93)
Matérias primas subs.e de consumo				
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos desperd. resíd.e refugos				
Produtos e trabalhos em curso	319.481,95	319.481,95		
Adiamentos por conta de compras				
Totais	390.935,37	393.089,73	(2.154,36)	(0,55)

Não existem inventários dados como penhor de garantia de quaisquer passivos.

8.3. Apuramento da variação nos inventários da produção:

Ano 2019

Descrição	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperd. resíd. e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais			319.481,95	319.481,95
Reclassificação e regularização de inventários				0,00
Inventários iniciais			319.481,95	319.481,95
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2018

Descrição	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperd. resíd. e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais			319.481,95	319.481,95
Reclassificação e regularização de inventários				0,00
Inventários iniciais			319.481,95	319.481,95
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00

Não ocorreu alteração, conclusão nem transmissão dos PTC durante o ano de 2019.

8.4. Perdas por imparidade em inventários

Avaliamos a necessidade de constituição de imparidades sobre inventários e a administração entende que os inventários estão registados por uma quantia escriturada não superior ao seu valor realizável líquido, pelo que não existem imparidades por reconhecer em inventários.

9. DIFERIMENTOS

9.1. Divulgação dos elementos que constituem a rubrica "Diferimentos"

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Gastos a Reconhecer (SD)	26.900,06	4.679,38	22.220,68	474,9
Seguros	1.030,19	2.291,26	(1.261,07)	(55,04)
...				
Outros	25.869,87	2.388,12	23.481,75	983,3
Rendimentos a reconhecer	8.917,57	500,00	8.417,57	1683,5
Rendas				
Contratos de construção				
...				
Outros rendim. Diferidos	8.917,57	500,00	8.417,57	1683,5
Totais	17.982,49	4.179,38	13.803,11	330,27

10. RÉDITO

10.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Venda de bens	3.845,82	32.968,36	(29.122,54)	(88,33)
Prestação de serviços	1.694.363,41	1.725.554,30	(31.190,89)	(1,81)
Subtotais	1.698.209,23	1.758.522,66	(60.313,43)	(3,43)
Juros				
Dividendos				
Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	1.698.209,23	1.758.522,66	(60.313,43)	(3,43)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

11.1. Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	2019	2018
1 Resultado antes de impostos	167.128,52	30.362,38
2 Imposto corrente	41.071,23	17.457,19
3 Imposto diferido	361,62	-452,03
4 Imposto sobre o rendimento (4=2+3)	41.432,85	17.005,16
5 Tributações autónomas	4.654,82	10.325,49
6 Taxa efetiva de imposto (6=4/1)	25%	56%

Os montantes de imposto diferido respeitam a imparidades de cliente cujo gasto não foi aceite em 2018, sendo aceite nos períodos seguintes.

11.2. Decomposição dos saldos com o Estado, conforme quadro seguinte:

Descrição	2019		2018	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC a Pagar		31.720,23		9.835,92
IRC a Recuperar				
PPC/PEC a recuperar				
Retenções de IRS – Trabalho dependente		4.324,00		4.118,00
Retenções de IRS – Trabalho independente		2.360,21		2.591,69
Retenções de IRS – Prediais				
IVA – A pagar		25.615,03		69.624,90
IVA – A recuperar				
Outros impostos				
Contribuições para a Segurança Social		10.750,56		10.563,23
Totais	0,00	74.770,03	0,00	96.733,74

11.3. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados, conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018
Imposto corrente do período	41.071,23	17.457,19
Gastos/Rendimentos de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos		
diferidos provenientes de:	361,62	-452,03
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de ativos		
Imposto diferido relativo às perdas p/imparidade não aceites fiscalmente	361,62	-452,03
Imposto diferido relativo aos prejuízos fiscais		
Imposto diferido relativo aos subsídios ao investimento		
Gastos/Rendimentos de mpostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	0,00	0,00
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de ativos		
Imposto diferido relativo às perdas p/imparidade não aceites fiscalmente		
Imposto diferido relativo aos prejuízos fiscais		
Imposto diferido relativo ao subsídio ao investimento		
Imposto diferido relativo ao resultado da conversão POC/SNC		
Total do imposto do período	41.432,85	17.005,16

11.4. Decomposição das bases de cálculo de impostos diferidos ativos e passivos à data do balanço, conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018
Diferenças temporárias que originaram Ativos por impostos diferidos		
Perdas p/imparidade não aceites fiscalmente	430,50	2.152,50
Prejuízos fiscais		
Soma A	430,50	2.152,50
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização de ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	69.386,75	69.386,75
Resultado da conversão POC/SNC		
Soma B	69.386,75	69.386,75
Valores refletidos no balanço		
Ativos por impostos diferidos (Soma Ax21%)	90,41	452,03
Passivos por impostos diferidos (Soma Bx21%)	14.571,22	14.571,22

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Ano 2019

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	16.465,60				16.465,60
Outras dívidas a receber					0,00
Totais	16.465,60	0,00	0,00	0,00	16.465,60

Ano 2018

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	6.177,60	10.288,00			16.465,60
Outras dívidas a receber					0,00
Totais	6.177,60	10.288,00	0,00	0,00	16.465,60

As imparidades de clientes estão constituídas pela integridade respeitante aos saldos onde foram identificados riscos de cobrança associados.

12.2. Dívidas de cobrança duvidosa

Descrição	2019	2018
Relativos a processos de insolvência e recuperação e processos de execução Reclamadas judicialmente		
Em mora:	16.465,60	16.465,60
Há mais de 6 e até 12 meses		1.722,00
Há mais de 12 e até 18 meses	1.722,00	3.444,00
Há mais de 18 e até 24 meses	3.444,00	
Há mais de 24 meses	11.299,60	11.299,60
Totais	16.465,60	16.465,60

12.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Ano 2019			
Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Cientes	182.616,05	16.465,60	166.150,45
Clientes c/c	166.150,45		166.150,45
Clientes – Títulos a receber			0,00
Clientes – Cheques pré-datados			0,00
Clientes de cobrança duvidosa	16.465,60	16.465,60	0,00
...			0,00
Outros créditos a receber	6.963,61		6.963,61
Ativos financeiros detidos para negociação (1421)			0,00
Outros ativos financeiros (1431)			0,00
Passivos financeiros:			
Fornecedores	33.929,71		33.929,71
Fornecedores c/c	33.929,71		33.929,71
Fornecedores – Títulos a pagar			0,00
...			0,00
Adiantamentos de clientes			0,00
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Empréstimos bancários			0,00
Descobertos bancários			0,00
Locações Financeiras			0,00
Suprimentos de participantes para negociação (1422)			0,00
Outras dívidas a pagar	201.808,72		201.808,72
Passivos financeiros detidos para negociação (1422)			0,00
Outros passivos financeiros (1432)			0,00
Ganhos e perdas líquidos de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00
Rendimentos e gastos de juros de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00

Ano 2018			
Descrição	Mensurados	Imparidade	Quantia
	ao custo	acumulada	escriturada
Ativos financeiros:			
Cientes	215.530,26	16.465,60	199.064,66
Cientes c/c	199.064,66		199.064,66
Cientes – Títulos a receber			0,00
Cientes – Cheques pré-datados			0,00
Cientes de cobrança duvidosa	16.465,60	16.465,60	0,00
...			0,00
Outros créditos a receber	21.743,86		21.743,86
Ativos financeiros detidos para negociação (1421)			0,00
Outros ativos financeiros (1431)			0,00
Passivos financeiros:			
Fornecedores	60.504,87		60.504,87
Fornecedores c/c	60.504,87		60.504,87
Fornecedores – Títulos a pagar			0,00
...			0,00
Adiantamentos de clientes			0,00
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Empréstimos bancários			0,00
Descobertos bancários			0,00
Locações Financeiras			0,00
Suprimentos de participantes para negociação (1422)			0,00
Outras dívidas a pagar	239.362,74		239.362,74
Passivos financeiros detidos para negociação (1422)			0,00
Outros passivos financeiros (1432)			0,00
Ganhos e perdas líquidos de:			
Ativos financeiros:	-10.288,00		-10.288,00
Passivos financeiros	-5.858,48		-5.858,48
Rendimentos e gastos de juros de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00





Todos os valores constantes nas rubricas de ativos e passivos financeiros acima referidos, são expectáveis de ser recuperados ou liquidados num prazo não superior a 12 meses, sempre que classificados como ativos e passivos correntes.

12.4. Decomposição da rubrica “Outros Créditos a Receber”

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Fornecedores c/c (saldo devedor)	646,17	646,30	(0,13)	(0,02)
Adiantamentos ao pessoal			0,00	
Devedores p/acréscimos de rendimentos	6.097,56	21.097,56	(15.000,00)	(71,10)
Juros a receber				
Acréc. Rend.relativos a Contratos de Construção				
Outros acréscimos de rendimentos	6.097,56	21.097,56	(15.000,00)	(71,10)
Outros devedores	219,88		219,88	-
Totais	6.963,61	21.743,86	(14.780,25)	(67,97)

12.5. Decomposição da rubrica "Outras Dividas a Pagar"

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Cientes (saldo devedor)				
Remunerações a pagar	283,07		283,07	
Fornecedores de Investimentos	12.030,35	12.030,35	-----	-----
Credores por acréscimos	174.183,28	191.237,79	(17.054,51)	(8,92)
Seguros a liquidar				
Remunerações a liquidar – Encargos c/férias	74.955,29	76.444,10	(1.488,81)	(1,95)
Remunerações a liquidar – Gratificação de Balanço				
Remunerações a liquidar – Sub. Natal				
Outros acréscimos de gastos	99.227,99	114.793,69	(15.565,70)	(13,56)
Outros Credores	15.312,02	36.094,60	(20.782,58)	(57,58)
Totais	201.808,72	239.362,74	(37.554,02)	(15,69)

FP
FB

- A rubrica Outros Credores diz respeito, especialmente, a valores a liquidar referentes ao último evento de 2019.
- A rubrica Outros acréscimos de gastos respeita fundamentalmente gastos especializados relacionados com o último evento de 2019.

13. CAPITAIS PRÓPRIOS

13.1. Indicação das quantias do capital social subscrito e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O capital subscrito ascende a 1.137.886 euros e encontra-se integralmente realizado.

13.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios, ainda não referidos anteriormente:

Ano 2019

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Capital subscrito	1.137.886,00			1.137.886,00
52	Ações (quotas) próprias				0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio				0,00
54	Prémios de emissão				0,00
551	Reservas legais	86.470,84			86.470,84
552	Outras reservas	481.535,58		184.693,90	296.841,68
56	Resultados Transitados	-198.051,12	198.051,12		0,00
58	Excedentes de revalorização	54.815,53			54.815,53
57+59	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio				0,00
818	Resultado Líquido do Período	13.357,22	125.695,67	13.357,22	125.695,67
TOTAIS		1.576.014,05	323.746,79	198.051,12	1.701.709,72

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 25/03/2019, foram cobertos os resultados transitados negativos por via das Reservas Livres.

Os excedentes de revalorização resultam da avaliação pelo Justo Valor das Propriedades de Investimento, conforme divulgado na nota das propriedades de investimento.

Ano 2018

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Capital subscrito	1.137.886,00			1.137.886,00
52	Ações (quotas) próprias				0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio				0,00
54	Prémios de emissão				0,00
551	Reservas legais	86.470,84			86.470,84
552	Outras reservas	481.535,58			481.535,58
56	Resultados Transitados	-208.952,27	10.901,15		-198.051,12
58	Excedentes de revalorização		54.815,53		54.815,53
57+59	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio				0,00
818	Resultado Líquido do Período	10.901,15	13.357,22	10.901,15	13.357,22
TOTAIS		1.507.841,30	79.073,90	10.901,15	1.576.014,05

14. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

14.1. Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos, conforme, quadro anexo:

Contas	Descrição	2019	2018	Variação	
				Valor	%
621	Subcontratos		8 750,00		
6221	Trabalhos especializados	261 428,60	324 977,01	-63 548,41	(19,55)
6222	Publicidade e propaganda	22 124,33	23 501,44	-1 377,11	(5,86)
6223	vigilância e segurança	421,66	124,72	296,94	238,09
6224	Honorários	264 324,11	329 203,15	-64 879,04	(19,71)
6225	Comissões	3 824,10	3 952,29	-128,19	(3,24)
6226	Conservação e reparação	4 416,04	7 498,67	-3 082,63	(41,11)
6228	Outros serviços especializados	11 900,20	4 052,29	7 847,91	193,67
6231	Ferram. e utens. desig.rápido	93 176,26	88 538,66	4 637,60	5,24
6232	Livros e documentação técnica				
6233	Material de escritório	6 407,37	7 150,92	-743,55	(10,40)
6234	Art igos para oferta		616,10		
6238	Outros materiais				
6241	Eletricidade				
6242	Combust íveis	7 772,77	8 006,65	-233,88	(2,92)
6243	Água				
6248	Outros f lídos	1 072,79	1 249,82	-177,03	(14,16)
6251	Deslocações e estadas	30 645,42	83 765,44	-53 120,02	(63,42)
6252	Transportes de pessoal				
6253	Transporte de mercadorias	1 495,26	861,00	634,26	73,67
6254	Refeições		112,50		
6258	Outros transportes				
6261	Rendas e alugueres	162 942,37	152 542,21	10 400,16	6,82
6262	Comunicação	5 738,76	5 753,06	-14,30	(0,25)
6263	Seguros	4 691,95	4 484,07		
6264	Royalt ês				
6265	Contencioso e notariado	1 965,00	1 945,84	19,16	0,98
6266	Despesas de representação	102,65	339,72	-237,07	(69,78)
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 738,36	3 179,93	558,43	17,56
6268	Outros serviços				
	Totais	888 188,00	1 060 605,49	-172 417,49	(16,26)

15. GASTOS COM O PESSOAL

15.1. Pessoal ao serviço da Entidade e horas de trabalho

Descrição	2019		2018	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	27	39.419	28	44.151
Pessoas remuneradas	27	39.419	28	44.151
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	27	39.419	28	44.151
Pessoas a tempo completo	27	39.419	28	44.151
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas a tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Masculino	15	23.413	15	26.146
Feminino	12	16.006	13	19.005
Prestadores de serviço				
Pessoas colocadas por agências de trabalho				

15.2. Gastos com o pessoal:

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais (das quais participação nos lucros)	48.133,31	46.952,91	1.180,40	2,51
Remuneração do pessoal (das quais participação nos lucros)	429.938,29	450.206,79	-20.268,50	(4,50)
Benefícios pós emprego				
Indemnizações				
Encargos sobre as remunerações	104.140,03	108.233,65	-4.093,62	(3,78)
Seguros de acidentes no trabalho	7.216,93	8.037,81	-820,88	(10,21)
Gastos de ação social				
Outros gastos com pessoal (dos quais: formação)	941,53	1.950,51	-1.008,98	(51,73)
Totais	590.370,09	615.381,67	-25.011,58	(4,06)

16. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

16.1. Decomposição da rubrica "Outros gastos", conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Impostos	19.545,54	7.265,23	12.280,31	169,03
Descontos de p.p concedidos				
Dívidas incobráveis	217,80			
Perdas em inventários	279,99	119,35	160,64	134,60
Gastos e perd. em inv. não financ.				
Outros gastos e perdas	13.145,45	26.021,23	-12.875,78	(49,48)
Totais	33.188,78	33.405,81	-217,03	(0,65)

16.2. Decomposição da rubrica "Outros Rendimentos", conforme quadro seguinte:

Descrição	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Rendimentos suplementares		121,26	-121,26	(100,00)
Descontos de p.p obtidos		2,11	-2,11	(100,00)
Recuperação de dívidas a receber				
Ganhos em inventários				
Rend. e ganhos nos rest.ativos finan.				
Rend.e ganhos em inv. não finan.				
Outros	10.774,16	30.955,41	-20.181,25	(65,19)
Juros obtidos				
Outros rendimentos similares				
Totais	10.774,16	31.078,78	-20.304,62	(65,33)

17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

17.1. Informação por atividade económica

Ano 2019

Descrição	CAE93293	CAE47784	CAE91030	Total
Vendas	596,05		3.249,77	3.845,82
De mercadorias	596,05		3.249,77	3.845,82
De produtos acabados, semi-acabados, resíduos e refugos				0,00
Prestações de serviços	1.694.015,91		347,50	1.694.363,41
Compras	203,21			203,21
Fornecimentos e serviços externos	888.188,00			888.188,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	597,55		488,90	1.086,45
Mercadorias				0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0,00
Variação nos inventários da produção				0,00
Gastos com o pessoal	590.370,09			590.370,09
Remunerações	589.428,56			589.428,56
Outros gastos	941,53			941,53
Ativos fixos tangíveis	67.471,34			67.471,34
Quantia escriturada líquida final	67.471,34			67.471,34
Total das aquisições	8.083,09			8.083,09
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso	8.083,09			8.083,09
Propriedades de investimento	766.000,00			766.000,00
Quantia escriturada líquida final	766.000,00			766.000,00
Total das aquisições				0,00
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00

Ano 2018

Descrição	CAE93293	CAE47784	CAE91030	Total
Vendas	243,91	31.237,61	1.486,84	32.968,36
De mercadorias	243,91	31.237,61	1.486,84	32.968,36
De produtos acabados, semi-acabados, resíduos e refugos				0,00
Prestações de serviços	1.725.213,13	23,17	318,00	1.725.554,30
Compras	165,00	8.382,86		8.547,86
Fornecimentos e serviços externos	1.051.409,25	7.506,34	1.689,90	1.060.605,49
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	252,12	15.799,57	756,36	16.808,05
Mercadorias				0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0,00
Variação nos inventários da produção				0,00
Gastos com o pessoal	573.473,21	35.691,63	6.216,83	615.381,67
Remunerações	571.522,70	35.691,63	6.216,83	613.431,16
Outros gastos	1.950,51			1.950,51
Ativos fixos tangíveis	82.602,66			82.602,66
Quantia escriturada líquida final	82.602,66			82.602,66
Total das aquisições	19.769,55			19.769,55
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso	19.769,55			19.769,55
Propriedades de investimento	766.000,00			766.000,00
Quantia escriturada líquida final	766.000,00			766.000,00
Total das aquisições				0,00
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00

O CAE 47784 não consta com movimentos na atividade, uma vez que o espaço físico da Loja do Pelourinho foi encerrado, embora haja continuidade de venda de mercadorias nas outras atividades apresentadas.

17.2. Informação por mercado geográfico

A Entidade apenas atua exclusivamente no mercado nacional, assim sendo a informação é igual à expressa na alínea anterior.

17.3. Outras divulgações exigidas por diploma legal

- A Empresa não dispõe de sucursais.
- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Durante o período de 2019, a Entidade não efetuou transações com quotas próprias sendo nulo o saldo detido em 31 de dezembro de 2019.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre administradores e a sociedade.
- Devemos informar que:
 - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.
 - Os honorários faturados no período de 2019 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se à Revisão Legal de Contas no valor total de 5.400,00€ ao qual acresce IVA.

Não existe até à presente data conhecimento de quaisquer aspetos não financeiros relevantes, nomeadamente situações de caráter laboral, ambiental ou de outra índole que possam pôr em causa a atividade futura da empresa ou suscetíveis de gerar outras responsabilidades ou contingências que não tenham sido reconhecidas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

- A empresa municipal não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na posição financeira e bem assim, que coloque em causa a continuidade das operações.
- As decisões tomadas pelo Município de Óbidos e pelo órgão de gestão executivo assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.
- Relativamente à atividade da empresa, não se verificam quaisquer problemas de cariz ambiental, não resultando contingências associadas.

Não foram identificadas quaisquer situações que indiciem a existência de provisões e passivos contingentes que pudessem dar origem a reconhecimento ou divulgação. Também não existem situações associadas a ativos contingentes.

18.2. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados:

Propomos que o lucro obtido em 2019, no valor de 125.695,67 euros, seja aplicado em 10% na Reserva Legal e o restante em Reservas Livres:

Reservas Legais	12.569,57 Euros
Reservas Livres	113.126,10 Euros
Total	125.695,67 Euros

19. GESTÃO DE RISCO

A empresa municipal seguiu ao nível da gestão de risco a política adotada pela administração:

a) Risco de Cliente e Risco Crédito sobre Clientes

O risco de cliente é dirimido pela diversidade de clientes e elevado número de clientes individuais com pronto pagamento dos serviços (eventos). O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional da empresa. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito, acompanhando os créditos concedidos tanto temporal como monetariamente;
- Possui pessoas afetas às cobranças.

b) **Riscos de Mercado**

I. **Risco de Taxa de Juro**

A exposição da empresa ao risco de variação positiva da taxa de juro do Euro, é inexistente no período por não subsistirem empréstimos bancários.

II. **Risco da Taxa de Câmbio**

A empresa regra geral, só efetua negócios na moeda Euro, não estando por esse motivo suscetível a variações positivas e/ou negativas da taxa de câmbio de transação.

c) **Risco de Liquidez**

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a empresa possui capacidade para assegurar atempadamente o financiamento necessário para a sua atividade de negócio.

Com este propósito, a gestão de liquidez na empresa compreende o planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal e anual). Como é possível demonstrar pelos seus rácios, a empresa municipal goza de uma boa situação ao nível da liquidez, não existindo riscos a este nível.

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

20.1. Autorizações para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração 29/04/2020.

20.2. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:

Neste período em que estamos a preparar a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2019, a economia mundial foi surpreendida com uma crise no seguimento do aparecimento duma pandemia denominada por COVID-19 (Coronavírus). Esta crise aparece no seguimento do surgimento de múltiplas epidemias em diferentes países. A classificação de Pandemia, foi dada ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde em de 11 de março de 2020, atendendo aos inúmeros casos de doença registados em todos os continentes. Na sequência dessa classificação, foram criadas ferramentas estratégicas de preparação, resposta e medidas extraordinárias pelos diversos níveis governamentais do país.

Após o encerramento do exercício e até à presente data, não se registaram outros factos susceptíveis de reconhecimento ou ajustamentos às demonstrações financeiras, devendo contudo ser divulgado que foram tomadas medidas tidas por necessárias a amenizar os efeitos que esta situação pode ter no futuro próximo e aplicadas de todas as medidas enunciadas no Plano

Nacional de Preparação e Resposta à doença pelo novo coronavírus (COVID-19). A equipa de conceção dos eventos e os serviços administrativos foram colocados em teletrabalho, permitindo o normal funcionamento da empresa.

Uma das medidas entretanto tomadas foi o cancelamento dos eventos calendarizados para o 1º semestre de 2020, designadamente o Festival do Chocolate e a Semana Santa. O Festival de Literatura de Viagens Latitudes foi adiado para o segundo semestre de 2020. A empresa continua a trabalhar para que o Mercado Medieval e o Óbidos Vila Natal venham a ser realizados nas datas definidas. Apesar de todas as medidas tomadas e a prudência na gestão dos recursos existente, estimamos que os efeitos da crise económica, devido aos efeitos e medidas aplicadas pelo Governo da República, irão certamente causar uma quebra considerável nas contas finais de 2020. No entanto, previmos não vir a ter qualquer problema financeiro dado o excelente ano de 2019 e as medidas de gestão entretanto adotadas.

Até à presente data, os eventos celebrados no 2º semestre manter-se-ão, com as devidas oscilações temporais comparativamente com períodos de anos anteriores.

Em face do exposto e apesar do nível e incerteza e volatilidade da situação não permitir estimar com exatidão os impactos financeiros futuros na empresa, em resultado das situações atrás descritas, é convicção da administração que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspectivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

A Contabilista Certificada



A Administração,



PS
TS
R

ANEXO I

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Garruço, Viana & Associado
SROC

Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
3770-218 Oliveira do Bairro
Portugal
Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da lei e do mandato que me conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Administração da sociedade **Óbidos Criativa, E.M.** relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

RELATÓRIO

2. No desempenho das funções que nos são atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Empresa, através da análise das suas contas, da verificação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, tendo a empresa utilizado o referencial contabilístico aplicável, as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
 - iii) O Relatório da Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
 - iv) A proposta de aplicação de resultados encontra-se devidamente formulada.
4. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas sem Reservas com uma Ênfase.

PARECER

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que a assembleia geral da **Óbidos Criativa, E.M.** que:
 - i) Seja aprovado o Relatório da Administração;
 - ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2019;
 - iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados conforme proposta no Relatório de Gestão.

Oliveira do Bairro, 29 de Abril de 2020

O FISCAL ÚNICO

Garruço, Viana & Ass., SROC
SROC 322 | CMVM 20180004
representada por Viana

Garruço, Viana & associado, SROC, Lda
SROC322 | CMVM 20180004
Representada por
João Martins Viana,
ROC n.º 607 | CMVM n.º 20170255



ANEXO II

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASSO EXISTENTES EM 31/12/2019



Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
3770-218 Oliveira do Bairro
Portugal
Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ÓBIDOS CRIATIVA E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.035.975,97 euros e um total de capital próprio de 1.701.709,72 euros, incluindo um resultado líquido de 125.695,67 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ÓBIDOS CRIATIVA E.M.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Alertamos para o ponto “Acontecimentos Após a Data do Balanço” constante no Anexo e no ponto “Perspetivas Futuras” do Relatório de Gestão relativamente à problemática associada à nova pandemia do COVID-19 em que a Administração compreensivelmente não está em condições de estimar possíveis impactos sobre a evolução da atividade futura, tendo contudo refletido a sua melhor avaliação a esta data.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas

T. Reis
 P. P. S.
 J.



Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
 3770-218 Oliveira do Bairro
 Portugal
 Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
 Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
 Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- ▶ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

TB

AP

J



Garruço, Viana & Associado
SROC

Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
3770-218 Oliveira do Bairro
Portugal
Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Oliveira do Bairro, 29 de Abril de 2020

Garruço, Viana & associado, SROC, Lda

SROC322 | CMVM 20180004

Representada por

Garruço, Viana & Associado, SROC
SROC 322 | CMVM 20180004
representada por Viana

João Martins Viana,

ROC n.º 607 | CMVM n.º 20170255

T2019
A2019
R

ANEXO III

ÓBIDOS CRIATIVA – E.M.

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2019 *(em cumprimento com alínea b) do n.º 1 do artigo 15 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro)*

Valores em €

ID	Ano de Constituição	Class. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
	Da dívida		NIF	Designação			
21111158	2019	72112	219496889	Luís Manuel Alexandre Ferreira	Concessão de espaço	371,90	
21111212	2014	72113	207691428	Marisa Alexandre Mendes da Costa Lourenço	Aluguer de espaço	1.230,00	